

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

Policíamento Especializado na Amazônia: Viabilidade da Criação de um Batalhão de Policiamento de Fronteira em Tabatinga/AM

Specialized Policing in the Amazon: Feasibility of Creating a Border Policing Battalion in Tabatinga/AM

Cristiane da Silva Pereira Medeiros Cadete QPEPM da Polícia Militar do Amazonas. Graduado em Direito pela Universidade Paulista - UNIP (2021). Especialização em Direito Militar pela Faculdade Dom Alberto (2022). Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

José Almir Cavalcante Rodrigues Cel RR QOPM da Polícia Militar do Amazonas. Graduado em Segurança Pública pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ (1997). Pós de Graduação Latu Sensu em Gestão de Segurança Pública - Universidade Estadual de Mato Grosso (2011).

Diego Magalhães Medeiros Major QOPM da Polícia Militar do Amazonas. Graduado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (2014). Graduado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (2016). Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza UNIFOR (2025). Doutorando em Administração pela Universidade de Fortaleza UNIFOR.

Resumo

Este artigo analisa a viabilidade da implantação de um Batalhão de Policiamento de Fronteira em Tabatinga/AM, tomando como referência o modelo do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON/PR), à luz das especificidades logísticas, territoriais, institucionais e socioculturais da Amazônia. Adota-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com base em revisão bibliográfica e análise comparativa institucional. Inicialmente, caracteriza-se o contexto geopolítico, criminal e socioeconômico da tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru, destacando vulnerabilidades territoriais, porosidade fronteiriça e a atuação de organizações criminosas transnacionais. Em seguida, analisam-se as condições operacionais e institucionais da segurança pública no Alto Solimões, evidenciando limitações estruturais do policiamento convencional, dificuldades logísticas associadas à predominância da mobilidade fluvial e fragilidades de interoperabilidade entre órgãos. Por fim, avalia-se a aplicabilidade do BPFRON/PR ao contexto amazônico, identificando convergências e divergências e apontando estratégias de adaptação compatíveis com a realidade de Tabatinga, com ênfase em presença territorial permanente, estrutura híbrida com base fluvial, doutrina operacional amazônica e atuação interagências. Conclui-se que a implantação de uma unidade especializada é viável em termos estratégicos, desde que condicionada à adaptação do modelo às particularidades regionais e ao fortalecimento das capacidades logísticas e institucionais locais.

Palavras-chave: Segurança pública; Fronteiras; Policiamento especializado; Tríplice fronteira; Amazônia.

Abstract

This article analyzes the feasibility of implementing a Border Policing Battalion in Tabatinga, Amazonas, using the Border Police Battalion of Paraná State (BPFRON/PR) as an analytical reference, considering the logistical, territorial, institutional, and sociocultural specificities of the Amazon region. A qualitative, exploratory, and analytical approach was adopted, based on a bibliographic review and comparative institutional analysis. Initially, the study characterizes the geopolitical, criminal, and socioeconomic context of the Brazil–Colombia–Peru tri-border area, highlighting territorial vulnerabilities, border porosity, and the presence of transnational criminal organizations. Subsequently, the operational and institutional conditions of public security in the Alto Solimões region are examined, emphasizing structural limitations of conventional policing, logistical challenges related to fluvial mobility, and weaknesses in interagency coordination. Finally, the applicability of the BPFRON/PR model to the Amazonian context is assessed, identifying convergences, divergences, and adaptation strategies compatible with the reality of Tabatinga, with emphasis on permanent territorial presence, a hybrid structure with a fluvial base, an Amazon-specific operational doctrine, and interagency cooperation. The study concludes that the implementation of a specialized border policing unit is strategically feasible, provided that the model is adapted to regional particularities and supported by strengthened logistical and institutional capacities.

Keywords: Public security; Borders; Specialized policing; Tri-border area; Amazon region.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

1. INTRODUÇÃO

O Brasil compartilha aproximadamente 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres com dez países sul-americanos, sendo significativa parte desse traçado territorial localizada na região Norte, particularmente na Amazônia Legal. A dimensão continental do país, associada à baixa densidade demográfica e à presença estatal limitada em áreas remotas, tem sido apontada pela literatura como fator que favorece a atuação de organizações criminosas transnacionais, especialmente nas fronteiras amazônicas. No estado do Amazonas, cerca de 3.870 km de fronteira com Peru, Colômbia e Venezuela concentram desafios logísticos e operacionais relevantes. Peru e Colômbia figuram entre os maiores produtores mundiais de cocaína, o que acentua os riscos à segurança nessa região estratégica (UNODC, 2018).

Nesse contexto, o município de Tabatinga/AM, localizado na tríplice fronteira com Colômbia e Peru, destaca-se como um dos pontos mais sensíveis da dinâmica criminal regional. A área funciona como rota estratégica para o escoamento de drogas oriundas do Peru e da Colômbia, utilizando predominantemente as vias fluviais até o interior do território brasileiro e, posteriormente, para o exterior. Estudos indicam que o controle territorial e logístico dessas rotas constitui objeto de disputa contínua entre diferentes organizações criminosas, entre as quais se destacam o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), configurando um cenário marcado por instabilidade, rearranjos estratégicos e episódios recorrentes de violência na região do Alto Solimões (MELO, 2021).

Embora diversas iniciativas tenham sido implementadas pelo governo federal, como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e a Estratégia Nacional de Segurança de Fronteiras (ENAFRON), avaliações institucionais apontam que essas políticas enfrentam limitações estruturais significativas, especialmente no que se refere à coordenação interagências, à definição de atribuições e à efetividade operacional na faixa de fronteira. Tais fragilidades comprometem a capacidade do Estado de responder de forma integrada e contínua às dinâmicas contemporâneas do crime organizado transnacional, em particular nas fronteiras amazônicas (BRASIL, 2018).

Nesse cenário, marcado pelas limitações estruturais das políticas federais de segurança de fronteiras e pelas dificuldades de coordenação em nível nacional, a literatura tem discutido o potencial de modelos descentralizados e especializados de policiamento, capazes de responder de forma mais flexível e contínua às especificidades territoriais das regiões fronteiriças. Entre essas experiências, destaca-se o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON) da Polícia Militar do Paraná, criado em 2012, com foco na atuação ostensiva, repressiva e integrada nas áreas de fronteira daquele estado, combinando presença permanente, especialização do efetivo e articulação com órgãos federais e internacionais. Esse arranjo institucional tem sido analisado como alternativa à lógica predominantemente centralizada das políticas nacionais, ao privilegiar adaptação territorial,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025
especialização operacional e integração entre diferentes níveis de governo.

Estudos (CAMPOS; SOUZA, 2023; LUZ; SOUZA; CUNHA, 2019) indicam que o BPFRON apresentou resultados relevantes no enfrentamento ao crime organizado, sobretudo em razão de sua capacidade de atuação interagências, do emprego de táticas especializadas e da presença permanente em áreas sensíveis. A análise da aplicação de um modelo semelhante em Tabatinga surge, assim, como possibilidade a ser avaliada para o fortalecimento da presença estatal e do controle territorial, desde que considerada a necessária adaptação às especificidades logísticas, ambientais e socioculturais da Amazônia.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a viabilidade da implantação de um Batalhão Especializado de Fronteira em Tabatinga/AM, tomando como referência a experiência do BPFRON/PR. Para tanto, adota-se uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, explorando os fundamentos teóricos do policiamento especializado e as experiências práticas relatadas pela literatura.

A estrutura do artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, discutem-se os fundamentos do policiamento especializado de fronteira no Brasil e o caso do BPFRON; em seguida, analisam-se os desafios e as potencialidades de aplicação desse modelo em Tabatinga; por fim, apresentam-se as considerações finais, com vistas a contribuir para o debate sobre segurança pública na região amazônica..

2. POLICIAMENTO ESPECIALIZADO DE FRONTEIRA: FUNDAMENTOS E EXPERIÊNCIAS

2.1. O policiamento em fronteiras no Brasil

O policiamento em áreas de fronteira no Brasil tem sido historicamente marcado por descontinuidade institucional, baixa efetividade e carência de integração entre os diversos órgãos envolvidos. A dimensão territorial do país, somada à heterogeneidade dos espaços fronteiriços, impõe desafios complexos às forças de segurança pública, que precisam lidar simultaneamente com questões de soberania, tráfico de drogas, contrabando, imigração irregular e crimes ambientais.

No plano federal, diversas iniciativas foram implementadas ao longo das últimas décadas com o intuito de estruturar uma política pública voltada à proteção das fronteiras, entre as quais se destacam a Estratégia Nacional de Segurança de Fronteiras (ENAFRON), criada em 2011, e o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), instituído em 2016. Ambas as iniciativas buscaram promover a atuação coordenada entre Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, órgãos de inteligência e polícias estaduais. Contudo, estudos apontam que a execução dessas

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

políticas tem sido prejudicada por limitações orçamentárias, fragmentação institucional, sobreposição de competências e dificuldades de articulação interagências, o que compromete sua efetividade frente à dinâmica contemporânea do crime organizado transnacional nas regiões de fronteira (VASCONCELLOS, 2025).

Nas fronteiras amazônicas, os desafios se agravam devido às peculiaridades ambientais, logísticas e sociais da região. A presença policial permanente é dificultada por fatores como escassez de efetivo, dificuldades de mobilidade fluvial, carência de infraestrutura e baixa densidade populacional. Segundo Cardoso e Rodrigues (2025), a fragilidade do policiamento nessas áreas contribui diretamente para a proliferação de crimes transnacionais, como o tráfico de drogas, de armas e de medicamentos ilegais.

Nesse contexto, o fortalecimento do policiamento especializado surge como alternativa promissora. A experiência do BPFRON/PR revela a importância de unidades com atuação tática, treinamento direcionado, conhecimento do terreno e capacidade de articulação interinstitucional. Conforme Campos e Souza (2023), a efetividade das operações em regiões sensíveis depende diretamente da permanência das forças policiais no território e da inteligência operacional compartilhada entre os órgãos de segurança.

Portanto, o policiamento em fronteiras no Brasil exige, mais do que presença esporádica do Estado, uma atuação planejada, integrada e sensível às especificidades de cada região. A experiência paranaense do BPFRON fornece subsídios valiosos para pensar alternativas operacionais viáveis para a Amazônia, respeitando suas singularidades.

2.2. A experiência do BPFRON/PR

O Batalhão de Polícia de Fronteira da Polícia Militar do Paraná (BPFRON/PR) foi criado em 2012, no contexto da intensificação das ações de enfrentamento ao crime organizado na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A unidade surgiu como resposta estratégica às deficiências do policiamento convencional em lidar com delitos complexos como tráfico de drogas, armas, contrabando e descaminho, que vinham crescendo vertiginosamente nas cidades fronteiriças paranaenses.

A estrutura organizacional do BPFRON foi concebida para operar de forma especializada, com foco em missões táticas, inteligência policial, integração interagências e conhecimento territorial. Segundo Campos e Souza (2023), um dos diferenciais da unidade é sua capacidade de manter presença permanente e ostensiva em regiões sensíveis, atuando em conjunto com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Forças Armadas, além de manter canais de cooperação com polícias de países vizinhos.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

Os resultados operacionais ao longo da última década reforçam a efetividade do modelo.

Como apontam Luz, Souza e Cunha (2019), o BPFRON apreendeu milhares de toneladas de drogas, armas, munições e produtos contrabandeados, gerando significativo impacto econômico e logístico nas organizações criminosas que atuam nas fronteiras. Além disso, a unidade tem investido na capacitação contínua de seus integrantes, no uso de tecnologia embarcada e na mobilidade terrestre e fluvial — o que o aproxima das demandas reais das áreas fronteiriças brasileiras.

Outro aspecto relevante do modelo paranaense é sua atuação orientada por inteligência e análise de risco, o que permite a alocação de efetivo e recursos de forma mais eficiente. De acordo com Cardoso e Rodrigues (2025), a especialização operacional, somada à articulação interinstitucional e à continuidade administrativa, são fatores determinantes para o desempenho positivo do BPFRON.

Assim, a experiência do Paraná revela que o policiamento de fronteira exige mais do que presença episódica: requer estrutura dedicada, doutrina operacional própria e inserção territorial permanente. Esses elementos constituem a base para refletir sobre a viabilidade de replicação de um modelo semelhante na realidade amazônica.

2.3. A presença policial como instrumento de ordenamento social

A presença do aparato policial no território vai além da simples repressão ao crime. Ela é também uma expressão do poder do Estado e de sua capacidade de estabelecer ordem, proteger direitos e regular comportamentos sociais. Essa concepção está ancorada em uma tradição sociológica que reconhece a função normativa e simbólica da polícia nas sociedades modernas.

Para Durkheim (1983), a ordem social depende da internalização de normas coletivas e da eficácia das instituições em reforçá-las. Quando há falência ou ausência do controle social formal, abrem-se espaços para a anomia e para o crescimento da violência. Nesse sentido, a presença ostensiva e contínua da polícia — especialmente em áreas de vulnerabilidade — cumpre papel central na reafirmação das normas sociais e na construção de uma sensação de segurança.

Complementando essa visão, Bittner (2003) argumenta que a função essencial da polícia é “tratar situações em que algo que deve ser feito com urgência exige o uso da força legítima”. Essa definição amplia a compreensão da atividade policial como um serviço público voltado à estabilização de conflitos e à mediação da vida em sociedade, sobretudo em contextos de tensão e desordem.

Bayley (2006), por sua vez, destaca a importância da legitimidade na atuação das polícias. Segundo ele, a presença policial só é eficaz quando percebida como justa, proporcional e inserida em um marco institucional que respeita os direitos fundamentais. Isso é particularmente sensível em áreas

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

de fronteira, onde o Estado costuma ser percebido como ausente, seletivo ou arbitrário.

Na região amazônica, a presença policial reveste-se de maior complexidade em razão da histórica fragilidade da presença estatal, das grandes distâncias geográficas, da diversidade étnico-cultural e da atuação de organizações criminosas com forte inserção territorial. Nesse contexto, a atuação das forças de segurança em Tabatinga/AM deve ser compreendida não apenas como instrumento de contenção da criminalidade, mas como mecanismo de afirmação do próprio Estado em um território fronteiriço marcado por limitações institucionais, baixa capacidade de governança e intensa atuação de atores transnacionais ilícitos, onde a soberania se encontra permanentemente tensionada e disputada (BRASIL, 2018; MELO, 2021).

Dessa forma, entende-se que a criação de um batalhão especializado de fronteira, nos moldes do BPFRON, pode contribuir não apenas para a repressão ao crime, mas também para o fortalecimento da presença estatal legítima, contínua e sensível às dinâmicas locais.

3. DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA IMPLANTAÇÃO EM TABATINGA/AM

A implementação de um batalhão especializado de fronteira em Tabatinga/AM, exige uma análise criteriosa das características geográficas, sociais e institucionais da região. Embora o caso paranaense ofereça importantes lições operacionais, a transposição de sua estrutura para a Amazônia Ocidental requer adaptações profundas diante da complexidade territorial, da dinâmica criminal transfronteiriça e das limitações logísticas locais. Esta seção se propõe a discutir os principais elementos que influenciam a viabilidade da proposta, a partir de quatro eixos complementares: o contexto geopolítico e criminal da tríplice fronteira; as condições operacionais das forças de segurança pública; a realidade socioeconômica marcada pela informalidade e pela presença seletiva do Estado; e, por fim, os pontos de convergência e divergência entre os modelos em análise, com propostas de adaptação territorial e institucional.

3.1. Contexto geopolítico e criminal da tríplice fronteira

Tabatinga/AM está localizada em uma das regiões mais estratégicas e sensíveis do território nacional, compondo a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Esse recorte territorial caracteriza-se por extensas áreas de floresta, baixa densidade demográfica, grandes distâncias logísticas e uma rede hidrográfica que atua como principal eixo de circulação de pessoas e mercadorias. Tais características conferem à região elevada complexidade operacional e a tornam particularmente suscetível à atuação de redes criminosas transnacionais.

A região formada pelos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

apresenta indicadores socioeconômicos que expressam as especificidades do contexto amazônico e reforçam a necessidade de uma presença estatal qualificada. Tabatinga, com aproximadamente 73 mil habitantes, concentra a maior população da região e desempenha papel central na logística e no comércio fronteiriço. Benjamin Constant, com cerca de 37 mil habitantes, apresenta densidade populacional reduzida e localização estratégica às margens do rio Solimões. Já Atalaia do Norte possui o menor contingente populacional, estimado em aproximadamente 15 mil habitantes, além de um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano do estado, com densidade demográfica inferior a 0,2 hab/km² (IBGE, 2025).

Apesar das diferenças demográficas, os três municípios compartilham características estruturais semelhantes, como isolamento geográfico, precariedade de infraestrutura, forte dependência da navegação fluvial e presença intermitente do poder público. Esses fatores impõem restrições significativas à atuação estatal e dificultam a presença contínua das forças de segurança, ao mesmo tempo em que criam condições favoráveis à atuação de organizações criminosas transnacionais. Esse contexto reforça a pertinência da discussão sobre modelos de policiamento especializados, adaptados às particularidades territoriais e institucionais da região.

Figura 1 – Mapa da Região da Tríplice Fronteira (Brasil–Colômbia–Peru)



Fonte: Google Maps, 2025.

A tríplice fronteira amazônica caracteriza-se por elevada complexidade geopolítica, na qual o Estado brasileiro enfrenta dificuldades históricas para exercer soberania de forma contínua e homogênea. A fragilidade da presença estatal e a porosidade das fronteiras favorecem a atuação e a disputa territorial entre organizações criminosas transnacionais, entre as quais se destacam o Primeiro

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Essas organizações buscam controlar rotas estratégicas de escoamento de drogas oriundas do Peru e da Colômbia — países reconhecidos como os maiores produtores mundiais de cocaína — utilizando, sobretudo, os eixos fluviais da região amazônica (IPEA, 2018; MELO, 2021; UNODC, 2018).

Nesse contexto, estudos indicam que, diante da atuação limitada ou descontínua do Estado, organizações criminosas passaram a exercer formas alternativas de controle territorial e social. Tais práticas incluem a imposição de regras informais de convivência, o monitoramento de deslocamentos fluviais e terrestres e a estruturação de redes próprias de informação e vigilância em comunidades ribeirinhas e indígenas. Trata-se de um arranjo de governança criminal que se vale das fragilidades institucionais para consolidar influência local e capacidade operacional, tornando a segurança pública na região amazônica um desafio que ultrapassa a dimensão meramente repressiva e demanda abordagem estratégica, integrada e sensível às dinâmicas transfronteiriças (MARTINI, 2025; MELO, 2021; IPEA, 2018).

Além disso, o município de Tabatinga convive com intensa circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, grande parte dela realizada de forma informal e com reduzido controle estatal. A fragilidade dos mecanismos de fiscalização migratória e aduaneira amplia a vulnerabilidade do território à exploração por redes criminosas envolvidas em práticas como tráfico de pessoas, contrabando e lavagem de dinheiro. Essas redes se aproveitam da porosidade das fronteiras e das limitações institucionais locais, reforçando a complexidade da dinâmica criminal e impondo desafios adicionais à atuação do Estado brasileiro na região amazônica (IPEA, 2018; MELO, 2021; UNODC, 2018).

Diante desse cenário, torna-se evidente que a tríplice fronteira amazônica demanda soluções institucionais específicas, capazes de integrar soberania, inteligência territorial e presença permanente das forças de segurança. O contexto atual, marcado por instabilidade, competição criminal e rearranjos constantes do poder ilícito, requer estruturas especializadas aptas a operar em ambientes complexos e a coordenar respostas articuladas entre diferentes esferas do poder público.

3.2. Condições operacionais e institucionais da segurança pública local

A segurança pública na região do Alto Solimões apresenta limitações de natureza estrutural, organizacional e territorial que comprometem a efetividade das ações estatais no enfrentamento da criminalidade transfronteiriça. Embora o município de Tabatinga disponha de um batalhão da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), essa unidade exerce funções predominantemente genéricas, voltadas ao policiamento ostensivo convencional, ao atendimento de ocorrências urbanas, ao controle de distúrbios civis e a outras atividades típicas de uma atuação policial polivalente. Trata-

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

se, portanto, de uma estrutura operacional sem especialização funcional, desprovida de doutrina própria, equipamentos específicos e treinamento continuado direcionado às demandas do policiamento de fronteira.

Essa ausência de especialização impacta diretamente a capacidade de resposta institucional frente à dinâmica criminal característica da tríplice fronteira. Conforme aponta Medeiros (2025), o policiamento de fronteira na Amazônia exige mais do que ações rotineiras, demandando integração interagências, domínio da navegação fluvial, presença territorial permanente e o emprego sistemático de inteligência estratégica articulada entre os níveis estadual e federal.

As fragilidades operacionais são agravadas pela baixa densidade do efetivo disponível, pela elevada rotatividade de policiais lotados na região e pelas limitações da infraestrutura existente. Em diversos casos, o deslocamento de tropas e de meios logísticos depende do uso de embarcações adaptadas e da capacidade operacional interna da corporação, o que tende a resultar em ações predominantemente reativas, descontínuas e com impacto limitado na contenção da criminalidade organizada.

Adicionalmente, a reduzida interoperabilidade entre os órgãos de segurança pública — nas esferas federal, estadual e municipal — dificulta o compartilhamento de informações, a construção de diagnósticos integrados e a coordenação de operações conjuntas. Essa atuação fragmentada amplia a vulnerabilidade regional diante de organizações criminosas que operam de forma transnacional, com elevada mobilidade, capacidade logística e mecanismos de cooptação local, explorando fragilidades institucionais e lacunas de coordenação estatal para expandir sua influência territorial e operacional (MARTINI, 2025).

O quadro torna-se ainda mais complexo em razão da extensa área territorial e da predominância da logística fluvial como principal meio de acesso, fator que eleva os custos operacionais e restringe a presença contínua do Estado em áreas remotas. Como analisa Medeiros (2025), o policiamento fluvial na Amazônia requer um arranjo logístico eficiente e adaptado às especificidades geográficas da região, constituindo elemento central para ampliar a eficácia das ações de combate ao narcotráfico em localidades de difícil acesso. Nesse contexto, a inexistência de uma força especializada limita o controle territorial e a capacidade de resposta coordenada frente às facções criminosas, que se aproveitam dessas lacunas institucionais. Conforme ressaltam Cardoso e Rodrigues (2025), a ausência de estruturas policiais especializadas e permanentes nas fronteiras amazônicas favorece a consolidação de rotas seguras e pontos de apoio em comunidades vulneráveis, tanto para o escoamento de drogas quanto para o recrutamento de mão de obra local.

Diante desse cenário, a proposição de criação de uma unidade policial de fronteira com perfil especializado em Tabatinga configura-se como alternativa estratégica para fortalecer a atuação estatal de forma proativa, tecnicamente qualificada e territorialmente adaptada. Embora inserido em contexto

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

geográfico distinto, o modelo do BPFRON/PR apresenta elementos institucionais e operacionais relevantes que podem subsidiar a construção de um arranjo compatível com as especificidades da Amazônia.

3.3. Convergências, divergências e estratégias de adaptação ao modelo paranaense

A proposta de implantação de um batalhão especializado de fronteira em Tabatinga/AM, inspirada na experiência do BPFRON/PR, exige análise cuidadosa das convergências e divergências existentes entre os dois contextos. Embora o modelo paranaense tenha apresentado resultados relevantes no enfrentamento do crime organizado nas fronteiras com Paraguai e Argentina, há diferenças estruturais e territoriais significativas que impõem desafios à sua transposição direta para a realidade amazônica.

Entre os pontos de convergência, destaca-se a existência de fronteiras vulneráveis à atuação de organizações criminosas transnacionais, especialmente aquelas associadas ao tráfico de drogas, ao contrabando e ao tráfico de armas. Em ambos os contextos, a fragilidade da presença estatal e a porosidade das fronteiras favorecem a atuação de facções organizadas. Como analisa Luz (2020), o BPFRON consolidou-se como referência nacional ao articular policiamento ostensivo com inteligência integrada, capacidade de resposta rápida e operações conjuntas com agências federais e estaduais.

Entretanto, as divergências logísticas e territoriais entre os contextos são expressivas. O BPFRON atua em regiões caracterizadas por infraestrutura terrestre consolidada, disponibilidade de apoio aéreo e maior densidade demográfica, enquanto Tabatinga e os municípios vizinhos — Benjamin Constant e Atalaia do Norte — apresentam acesso predominantemente fluvial, limitada cobertura viária e extensos vazios populacionais. Conforme apontam Cardoso e Rodrigues (2025), a logística amazônica demanda doutrina própria, incluindo patrulhamento fluvial permanente, destacamentos móveis e articulação com lideranças locais como condição para atuação eficaz em áreas isoladas.

Quadro 1 – Comparativo Territorial e Criminal

Dimensão	BPFRON/PR	TABATINGA/AM
Localização.	Fronteira seca com Paraguai e Argentina.	Tríplice fronteira fluvial com Colômbia e Peru.
Natureza do Terreno.	Área urbana, com rodovias e apoio aéreo.	Floresta densa, rios extensos e baixa conectividade.
Criminalidade dominante.	Contrabando, tráfico de armas e	Narcotráfico transnacional, facções

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Além disso, o contexto amazônico impõe a necessidade de sensibilidade intercultural. A fronteira com Colômbia e Peru envolve a circulação cotidiana de populações indígenas, ribeirinhas e estrangeiras, exigindo preparo técnico específico e abordagens diferenciadas por parte das forças de segurança. Medeiros (2025) ressalta que a efetividade de modelos de policiamento especializado na Amazônia depende, em grande medida, da capacidade de adaptação às especificidades culturais, ambientais e institucionais locais.

Dessa forma, a viabilidade da implantação de um batalhão especializado em Tabatinga não se restringe à simples replicação do modelo do BPFRON, mas está condicionada à sua adequação às particularidades do cenário amazônico. Isso implica repensar a estrutura física, os meios logísticos, a formação do efetivo e os protocolos operacionais, priorizando a permanência territorial, o trabalho interagências e a legitimação social do policiamento. A adaptação do modelo paranaense à realidade do Alto Solimões configura-se, portanto, como requisito central para sua efetividade.

Superada a análise das convergências e divergências, torna-se oportuno apresentar as principais conclusões da pesquisa e suas implicações para a formulação de políticas públicas voltadas à segurança pública em regiões de fronteira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios observados na tríplice fronteira amazônica e das possibilidades associadas a modelos de policiamento especializado, este estudo buscou analisar a viabilidade da criação de um Batalhão de Polícia de Fronteira no município de Tabatinga/AM, tomando como referência a experiência do BPFRON/PR. A análise fundamentou-se em abordagem qualitativa, a partir de revisão bibliográfica e estudo de casos, com o objetivo de compreender os elementos críticos que influenciam a efetividade das ações de segurança pública em regiões de fronteira. As considerações finais são apresentadas a seguir em três eixos: síntese dos principais achados, relevância estratégica do modelo para a realidade amazônica e recomendações para políticas públicas e pesquisas futuras.

4.1. Síntese dos achados

A pesquisa evidenciou que a tríplice fronteira amazônica, especialmente na região do Alto Solimões, apresenta um contexto complexo de segurança pública, caracterizado por fragilidades institucionais, limitações logísticas e atuação intensa de organizações criminosas transnacionais. A

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

análise da literatura indica que a atuação integrada, especializada e permanente do BPFRON/PR constituiu fator relevante para o enfrentamento ao crime organizado nas fronteiras do Sul do Brasil. Ao transpor esse referencial analítico para o caso de Tabatinga, identificam-se condições que permitem considerar a adoção de um modelo semelhante, desde que acompanhada de adaptações substanciais ao contexto local.

As especificidades ambientais, territoriais e socioculturais da Amazônia — como o predomínio da navegação fluvial, o isolamento de comunidades e a presença significativa de populações indígenas e ribeirinhas — demandam um modelo de policiamento sensível às dinâmicas territoriais, conforme ressaltado por Medeiros (2025). A literatura também aponta que a presença institucional prolongada e territorialmente orientada constitui elemento central para o fortalecimento do controle estatal e a contenção de redes criminosas em regiões de fronteira.

4.2. Relevância estratégica do modelo para Tabatinga

A adoção de um batalhão especializado em Tabatinga apresenta relevância estratégica para o Estado brasileiro. Inserida em uma das principais rotas do tráfico internacional de entorpecentes, a cidade desempenha papel logístico no escoamento de drogas oriundas da Colômbia e do Peru. A posição geográfica na tríplice fronteira, associada à presença de facções criminosas e às limitações institucionais locais, impõe a necessidade de respostas estatais contínuas e territorialmente orientadas.

Tabatinga reúne, ainda, condições institucionais e operacionais que favorecem a implantação de uma unidade especializada. Destacam-se sua centralidade geopolítica na Amazônia Ocidental, a demanda institucional por presença estatal permanente e o precedente operacional representado pela Base Fluvial Integrada Arpão I, cuja atuação pode ser articulada a um novo arranjo especializado. Esses elementos indicam a viabilidade de uma estrutura com potencial para impactar as dinâmicas criminais regionais e contribuir para o fortalecimento da soberania estatal.

4.3. Recomendações para formulação de políticas públicas e estudos futuros

A implementação de um modelo de policiamento especializado em Tabatinga pressupõe adaptações consistentes às especificidades do contexto amazônico. Recomenda-se a concepção de uma estrutura híbrida, combinando base fluvial permanente com destacamentos móveis fluviais e terrestres. Adicionalmente, mostra-se necessária a incorporação de uma doutrina operacional adaptada à Amazônia, com capacitação em navegação fluvial, sobrevivência e atuação intercultural, especialmente em áreas indígenas e ribeirinhas.

O fortalecimento da logística fluvial, com embarcações adequadas, capacidade de

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

autossuficiência operacional e uso de tecnologias de monitoramento, configura elemento central para a efetividade do modelo. A cooperação internacional com forças de segurança da Colômbia e do Peru, por meio de mecanismos de cooperação técnica e de inteligência, também deve ser considerada como componente estratégico no enfrentamento da criminalidade transnacional.

Essas diretrizes contribuem para a construção de um modelo operacional passível de adaptação e replicação, fundamentado na literatura e sensível às dinâmicas locais. Estudos futuros podem aprofundar análises comparativas sobre os impactos de estruturas especializadas em diferentes fronteiras sul-americanas, de modo a subsidiar a formulação de políticas públicas mais consistentes e duradouras para a segurança pública na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. *Changing the guard: developing democratic police abroad*. New York: Oxford University Press, 2006.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. **Segurança e defesa nacional nas fronteiras brasileiras**. In: BRASIL. Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018. v. 1, cap. 4, p. 123–150.

CAMPOS, Willian Costa; SOUZA, Marcos Aparecido de. **A guerra continua: o papel do Batalhão de Polícia de Fronteira e do Núcleo de Operações Especiais no combate ao crime organizado**. *Revista (RE)Definições das Fronteiras*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 2, p. 132–154, maio 2023. Disponível em: <https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/download/10/7>

CARDOSO, Jillian Alexandre Alves; RODRIGUES, Aline Aparecida. **Segurança e saúde pública nas fronteiras: a importância da Polícia Militar do Paraná no controle do contrabando de anabolizantes**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 11, n. 10, p. 4413-4431, out. 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i10.21744.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

GOOGLE. **Tabatinga, Amazonas – visão por satélite**. [mapa]. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-4.1974561,-69.9461094,77865m/data=!3m1!1e3?entry=ttu>. Acesso em: 15 dez. 2025.

IBGE. **Atalaia do Norte (AM): panorama**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/atalaia-do-norte/panorama>. Acesso em: 16 dez. 2025.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 15/12/2025 | aceito: 16/12/2025 | publicação: 17/12/2025

IBGE. **Benjamin Constant (AM): panorama.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/benjamin-constant/panorama>. Acesso em: 16 dez. 2025.

IBGE. **Tabatinga (AM): panorama.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tabatinga/panorama>. Acesso em: 16 dez. 2025.

LUZ, Arnaldo José da; SOUZA, Edson Belo Clemente de; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves da. **A atuação do BPFront como resultado das políticas públicas de segurança para a Tríplice Fronteira no Brasil.** *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 208–223, jan./abr. 2019. DOI: 10.5212/TerraPlural.v.13i1.0013.

LUZ, Arnaldo José da. **A Segurança na Fronteira: O Papel do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFront) no Estado do Paraná.** Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Curso de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

MARTINI, Mariana Almeida. **Transnacionalização do crime organizado e cooperação internacional: um estudo sobre o Comando Vermelho.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/44525/1/TCC%20-%20Mariana%20Martini_Arthur%20Felipe%20Murta.pdf

MEDEIROS, Diego Magalhães. **A logística de operações em bases policiais fluviais e seu impacto no combate ao narcotráfico no Amazonas.** 2025. 74 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2025.

MELO, Arthur do Prado. **A internacionalização do Primeiro Comando da Capital e sua presença na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.** 2021. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

OLIVEIRA, Hâvila Borges de. **A questão da segurança na fronteira entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).** 2016. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report 2018.** Vienna: United Nations, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/wdr2018/>. Acesso em: 10 dez. 2025.